

Comissão de Gestores do Programa ARPA

29 de novembro de 2022 14h – 18h

Reunião realizada virtualmente pela plataforma *microsoft teams*.



Participantes: *Alessandro Marçal (ICMBio), Bruno Souza (ICMBio), Cristiano Gonçalves (SEMA/AM), Patrícia Pinha (ICMBio), Ricardo Abreu (SEDAM/RO); Cristhophe Balmant, Renata Gatti, Rosiane Pinto (UCP/DAP/MMA); André Lemos, Artur Cereto, Fabio Ribeiro, Fernanda Estrela, Maiara Duarte (Funbio).*

1. A gerente Rosiane Pinto deu as boas-vindas a todos, informou que o Diretor de Áreas Protegidas não pôde acompanhar a reunião por estar em outra agenda, e deu início a uma rodada de apresentações.
2. Respondendo a uma solicitação do Bruno Souza, a gerente Rosiane Pinto informou que o Diretor de Áreas Protegidas possui formação na área ambiental, tem uma atuação bastante dinâmica e está à frente do Departamento a pouco mais de um ano.
3. A gerente Rosiane Pinto apresentou a proposta de pauta aos participantes, para a qual não foi apresentada nenhuma objeção ou complementações.

Operacionalização do Programa ARPA

4. A gerente Rosiane Pinto apresentou os grandes temas sistematizados pela equipe a partir das oficinas de planejamento e visitas realizadas pela direção aos órgãos gestores. Sugeriu, em função do tempo reduzido, que seja priorizado algum(s) tema(s).
5. Patrícia Pinha sugeriu priorizar o tema de Despesas Locais, sugeriu que o Programa considere não um valor fixo, mas um percentual do Plano Operativo (PO) da Unidade de Conservação (UC). Argumentou ainda que a logística dificulta a emissão de notas no valor total estipulado (R\$3 mil). Defendeu que apesar do Programa contar com outras modalidades de execução, a despesa local é das mais relevantes e um diferencial do Programa.
6. Bruno Souza complementou que a mudança do teto da conta vinculada (R\$ 15 mil) para a Despesas Locais (R\$ 3 mil) foi uma imposição do Programa, que tem dificultado a implementação das UCs. Sugeriu que caso não seja possível retomar o valor anterior que seja reajustado, minimamente dobrando o valor disponibilizado na despesa local por prestação de contas.
7. Cristiano Gonçalves complementou que além do teto de cada prestação de contas, sugeriu que seja revisado o teto do PO para o mecanismo, já que o valor não é suficiente para viabilizar as atividades em campo.
8. Rosiane Pinto questionou ao Funbio sobre a possibilidade de ajustar o teto do cartão de despesas locais baseado em um percentual do PO.
9. Fabio Ribeiro destacou que a equipe do Funbio não trouxe nenhum diagnóstico sobre o cartão de despesas, já que não foi encaminhado nenhum documento de subsídios

previamente à reunião. Sinalizou que o Funbio receberá o encaminhamento que sair da Comissão de Gestores e encaminhará internamente, para um posicionamento institucional.

10. Patrícia Pinha destacou que foi encaminhado para UCP/MMA uma nota técnica, validada pelo ICMBio que trata do cartão de despesas locais, com sugestão de valor de prestação de contas no valor de R\$8 mil e 30% do valor do PO da UC. Reforçou que o ideal seria retomar os valores anteriormente praticados na conta vinculada, mas não sendo possível que os tetos sejam revistos. Acrescentou que os tetos atuais inviabilizam as atividades em campo.
11. Rosiane Pinto sinalizou que irá resgatar a demanda relacionada à nota técnica e encaminhará internamente.
12. Fabio Ribeiro informou que o Funbio está testando uma nova modalidade, denominada cartão de pequenos gastos, com operadora semelhante aos cartões de combustível, alimentação e manutenção, que facilita a operação já que não demanda a necessidade de dois gestores para assinar pela execução. Acrescentou que todos os Órgãos Gestores (OG) foram convidados a experimentar e entrar no piloto da ferramenta. Atualmente tem UCs de vários OGs utilizando a ferramenta. Entende que a discussão é importante, que os gestores que estão implementando o programa têm condições de analisar e apresentar sugestões de melhoria ao Programa. Sinalizou que o Funbio analisará internamente a demanda, caso seja esse o encaminhamento da Comissão de Gestores.
13. Patrícia Pinha complementou que a autonomia para execução das UCs é fundamental para alcance dos resultados da UC.
14. Bruno Souza reforçou que encontrar soluções para a especificidades de cada UC, incluindo para a baixa disponibilidade de gestores na Amazônia é fundamental.
15. Fabio Ribeiro solicitou que seja apresentado ao Funbio os problemas identificados pelos gestores para que se possa buscar aprimoramento dos processos. Rosiane Pinto concordou que é importante identificar o ponto crítico para busca por soluções.
16. Patrícia Pinha frisou que o maior gargalo é a demora na aprovação e na realimentação do cartão. Destacou que com o reajuste dos valores a manutenção do prazo definido em manual (5 dias úteis) seria razoável.
17. Cristiano Gonçalves e Ricardo Abreu sinalizaram que nos últimos meses não se tem conhecimento de problemas com prazos de análise de prestação de contas e realimentação.
18. Fábio Ribeiro esclareceu que a celeridade na análise de prestação de contas e realimentação está relacionada ao volume de demandas das UCs, que é variável ao longo do PO. Também mencionou que há uma fila e que prioridades podem ser indicadas pelos pontos focais. Concluiu informando que uma das atividades mais realizadas no prazo é a análise de prestações de contas.
19. Rosiane Pinto sugeriu, tratar nesse encontro, mais um dos temas levantados, sugeriu, portanto o Cartão Manutenção que foi dos mais comentados nas oficinas e visitas da direção do DAP aos OGs.
20. Patrícia Pinha concordou com a proposta de priorização do cartão manutenção, já que o cartão alimentação e combustível têm funcionado bem. Indicou que o cartão manutenção, ao menos na realidade que acompanha, não tem sido uma alternativa viável. Sinalizou que cartão semelhante operado no âmbito do ICMBio tem operacionalização mais facilitada que a do ARPA.

21. Bruno Souza complementou que é importante considerar as especificidades de cada UC, e disponibilizar mecanismos para essas que não conseguem se beneficiar dos mecanismos disponíveis, como é o caso do cartão manutenção.
22. Ricardo Abreu concordou com os demais colegas e acrescentou que além do valor adicional do serviço quando utilizada essa modalidade de cartão manutenção, também é uma dificuldade o controle do saldo.
23. Cristiano Gonçalves apresentou diversos exemplos que demonstram que o preço praticado por essa modalidade de cartão manutenção e a baixa disponibilidade de prestadores de serviços cadastrados próximos das UCs tornam o mecanismo inviável.
24. Alessandro Marçal sinalizou que a cobertura de serviço na sua situação (Salgado Paraense) é boa, mas a questão do valor adicional é também percebida pelos gestores da região.
25. Fabio Ribeiro informou que o Funbio recebeu pouco retorno dos gestores ao formulário para avaliação dos cartões. Mencionou que o formulário foi disponibilizado para todo o Programa em decorrência das críticas e sugestões levantadas nas oficinas de planejamento. Sugeriu que os gestores que identificarem problemas pontuais sinalizem ao Funbio para que possa ser buscada uma solução junto à ticket (operadora do cartão). Quanto à cobrança de valores aos bens cadastrados sugeriu que seja providenciado o credenciamento dos bens que não tiverem demanda. Acrescentou que as UCs podem ainda utilizar contratos guarda-chuva e o cartão de despesas locais como alternativa ao cartão manutenção. Reforçou que a utilização do cartão manutenção não é uma obrigatoriedade.
26. Bruno Souza reforçou que é importante que o Programa considere as especificidades das UCs. Ilustrou que mesmo estando em uma capital, a NGI Roraima tem tido dificuldade em utilizar o cartão manutenção para equipamentos náuticos, por falta de prestadores de serviços credenciados.
27. Patrícia Pinha acrescentou que mesmo o uso do cartão manutenção não sendo uma obrigatoriedade, tem se tornado obrigatório na prática, em função das limitações de teto impostas ao planejamento para outras modalidades e os tempos de contratação praticados pelo setor de compras do Funbio. Considera que uma solução no curto prazo para as UCs que tem dificuldades de utilizar o cartão manutenção seria a aprovação excepcional do teto do cartão de despesas locais para realizar a manutenção necessária.

Lançamento do processo de eleição de novos membros da Comissão de Gestores

28. Rosiane Pinto, considerando que a atual conformação da Comissão de Gestores teve pouca atuação no último período, sugeriu a recondução dos atuais membros até dezembro de 2023. Para a qual houve concordância dos membros.
29. Alessandro Marçal sugeriu que seja realizada uma consulta aos demais membros da Comissão que não puderam participar da reunião sobre o interesse em continuar na comissão de gestores até dezembro de 2023.

Próximas agendas

30. Rosiane Pinto sugeriu que a UCP encaminhe aos membros da Comissão de Gestores uma proposta de agenda para as próximas reuniões do colegiado.

Outros assuntos

31. Cristiano Gonçalves e Patrícia Pinha reforçaram a importância da participação de representantes da Comissão de Gestores nos demais colegiados do Programa, incluindo o Comitê do Fundo de Transição.
32. Patrícia Pinha sugeriu como próximo ponto de pauta da Comissão o planejamento operativo do programa, visando aprimorar o planejamento dos insumos.
33. Alessandro Marçal sugeriu que seja avaliada a possibilidade de aprimorar os sistemas do programa para monitoramento de prazos das instâncias no atendimento das solicitações.
34. A reunião foi finalizada às 17:50.

Encaminhamentos

1. UCP localizar processo enviado pelo ICMBio sobre Despesas Locais (Processo SEI 02122.000203/2022-69/02000.004189/2022-59) e encaminhar junto ao Funbio proposta de ajuste ao teto para o mecanismo de Despesas locais, passando para até 30% do PO e até R\$ 10 mil para cada prestação de contas.
2. Funbio avaliar internamente e junto à ticket a possibilidade de emissão e envio mensal de relatório com saldo do cartão manutenção por UC.
3. Funbio buscar junto à ticket a ampliação da cobertura de prestadores de serviços credenciados para o cartão manutenção.
4. Funbio avaliar a possibilidade de, em casos excepcionais relacionado à manutenção de veículos, embarcações e equipamentos, em que o cartão manutenção e demais mecanismos não atenderem à necessidade da UC, autorizar o aumento do teto do cartão de despesas locais.
5. UCP consultar os demais membros da Comissão que não puderam participar da reunião sobre o interesse em continuar na comissão de gestores até dezembro de 2023.
6. Caso não haja objeção dos membros ausentes, conduzir os atuais membros da Comissão de Gestores até dezembro de 2023, e realizar eleição para renovação de 50% dos membros, conforme regimento interno, para 2024.
7. Funbio irá verificar porque o sistema cérebro deixou de emitir os relatórios de execução.
8. UCP encaminhar aos membros da Comissão de Gestores uma proposta de agenda para as próximas reuniões do colegiado.
9. Incluir como ponto de pauta para próxima reunião da Comissão o planejamento operativo do programa, visando aprimorar o planejamento dos insumos.